

## **O associativismo no setor de confecção em Goiás**

---

**I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero**

**ST 6 - Desenvolvimento sustentado, arranjos produtivos locais e questões de gênero**

---

**Rogério dos Santos Bueno Marques**

**Fevereiro de 2006**

## **Resumo:**

A temática da reestruturação produtiva tem sido central na sociologia do trabalho contemporânea, com especial destaque para os setores mais tecnologicamente desenvolvidos, em detrimento de setores da produção dominados pelo trabalho a domicílio, intenso uso da força de trabalho e baixo desenvolvimento tecnológico tal como o setor de confecção. É com esta perspectiva que este estudo vem abordar o associativismo no setor de confecção em Goiás, com o objetivo de problematizar as percepções e práticas dos agentes envolvidos no setor de confecção em relação ao associativismo, a partir de um ponto de vista que engloba tanto os processos culturais e o ambiente sócio-institucional da região, quanto os processos de reestruturação econômica vivenciados na atualidade.

**Palavras-chave:** associativismo, setor de confecção, Goiás

## Reestruturação produtiva, associativismo e setor de confecção: o debate teórico

Os debates em torno do associativismo de trabalhadores, pequenos produtores, micro e pequenos empresários, enquanto meio de promoção do desenvolvimento sócio-econômico, vêm ganhando espaço nas ciências sociais há algum tempo. Mais especificamente, o debate em termos econômicos de tais empreendimentos consolida-se de maneira mais contundente, resultando na formação de grupos e redes de pesquisa diretamente interessados no associativismo em suas mais diversas formas.

Em termos gerais, o que se qualifica como associativismo, no sentido aqui contemplado, remete à formação de redes sociais com fins de promoção e desenvolvimento de atividades produtivas em condições que, originalmente, se caracterizam como de mercado precário. Alguns exemplos são utilizados como forma de legitimar o apoio ao associativismo de pequenos produtores e empresários. O exemplo mais lembrado é o chamado “milagre italiano”, onde se verifica a enorme presença de pequenos empreendimentos de base familiar e a relação destes com o rápido crescimento e desenvolvimento da Itália na década de 1980. Segundo MACIEL,

o fenômeno dos parques tecnológicos italianos representa apenas um detalhe – e uma decorrência – de outro fenômeno mais abrangente e bem mais antigo. Já vimos que o sucesso sócio-econômico italiano funda-se em tradições estéticas, técnicas e comerciais literalmente milenares, assim como na diferenciação regional, nos movimentos cooperativos originados no pós-guerra, na política do partido comunista de apoio à pequena empresa e às cooperativas, no forte movimento operário, no arranjo institucional que beneficia empresas com menos de 16 trabalhadores e coesão na família. Esses aspectos encontram-se particularmente desenvolvidos nos chamados *distritos industriais* (DI) em especial na Terceira Itália. É importante sublinhar mais uma vez que se trata não apenas de um sistema produtivo, mas também – e sobretudo – de um sistema social e político, pois é aí que está a raiz do seu sucesso (1996, p.91).

Com o exposto, delimitamos o nosso objeto de estudo: a situação do que se chama de associativismo – seja ele formal ou informal – no ambiente da reestruturação produtiva que se verifica em termos mundiais desde a década de 1970, e que no caso brasileiro atinge seu grande momento a partir da década de 1990. Para fins de operacionalização focamos nosso estudo no setor de confecções do estado de Goiás, segmento considerado como bastante tradicional do ponto de vista tecnológico e produtivo. O tema de nossa pesquisa<sup>1</sup>, ainda em andamento, reside no estudo dos agentes envolvidos no setor de confecção em Goiás, ou melhor, no estudo das interações sociais, das sociabilidades e, em especial, das práticas associativas relativas a esse setor da produção. O presente trabalho estrutura-se, no início, a partir do debate teórico sobre a reestruturação produtiva e seus impactos sobre a morfologia da classe trabalhadora – a precarização das relações de trabalho em especial – além de uma abordagem sobre o associativismo. Em evidência está o setor de confecções e todo o seu processo de reestruturação no Brasil e em Goiás, ressaltando-se toda a sua heterogeneidade. Posteriormente relatamos os resultados preliminares de nossa pesquisa de campo que está sendo realizada na cidade de Goiânia, tanto com trabalhadores formais quanto com informais, além dos confeccionistas – estes últimos através de um

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa faz parte do subprojeto de iniciação científica, PIBIC, intitulado “As práticas associativas dos trabalhadores do setor de confecção em Goiânia: um enfoque sociológico”, inserido no projeto “Trabalho, gênero e precarização: o setor de confecções em Goiânia”, orientado pelo Professor Dr. Jordão Horta Nunes. O projeto contou com auxílio concedido pelo CNPq, com base na recomendação do Comitê de Assessoramento e de acordo com o estabelecido no Edital CNPq 32/2004 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

*survey* que ainda está sendo realizado. O objetivo é problematizar a questão do associativismo em todos os agentes inseridos em tal setor a partir de um ponto de vista que busque demonstrar as coincidências e as especificidades do estado de Goiás em relação ao quadro brasileiro, já amplamente estudado.

O setor de confecção, inserido no chamado segmento do vestuário, tem sido objeto de estudo desde os grandes processos da revolução industrial na Europa dos séculos XVII e XIX. Como exemplo da importância histórica do referido problema, Marx já apresentava há quase dois séculos as peculiaridades desse setor da produção, afirmando que

a produção de vestuário é realizada: por manufaturas que reproduziram em suas oficinas a divisão do trabalho cujos elementos dispersos já encontravam prontos e acabados; por mestres artesãos, que não trabalham, como antigamente, para consumidores individuais, mas para manufaturas e estabelecimentos comerciais, sendo muitas vezes tão numerosos que cidades e zonas inteiras se dedicam a este o àquele ramo do artesanato, como sapataria etc.; finalmente e com maior amplitude, pelos trabalhadores a domicílio, que constituem a seção externa das manufaturas, dos estabelecimentos comerciais e das pequenas oficinas dos mestres artesãos (MARX, 1987, p. 539).

O caso brasileiro caracteriza-se, diferentemente da situação analisada por Marx na Inglaterra, por um processo de industrialização tardia. Os censos industriais, realizados a partir de 1920, demonstram a grande presença da indústria do vestuário no parque industrial brasileiro. Segundo ABREU (1986), esse setor “representava 14,9% dos estabelecimentos recenseados, empregava 10,7% do pessoal ocupado em atividades industriais” na década de 1920 (1986, p. 104). Durante o período conhecido por milagre econômico, o setor de confecção apresenta uma taxa de crescimento anual em torno de 7,9% ao ano. Para a autora, “é necessário ressaltar, portanto, que a indústria de confecção permanece como uma indústria tradicional dentro do quadro da economia brasileira, com baixo crescimento relativo ainda que caracterizada como grande absorvedora de mão-de-obra” (id, *ibid*). Dados mais recentes revelam a grande quantidade de mão-de-obra empregada no setor de confecção, tanto no Brasil como um todo, quanto no estado de Goiás. Segundo informações da Associação Brasileira da Indústria do Vestuário, tal setor empregou, no ano de 2002, mais de 1.100.000 pessoas, das quais 93% eram mulheres e apenas 7% eram homens. Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, mais de 5000 confecções estão registradas em todo o estado, gerando milhares de empregos formais, sem mencionar, é claro, a imensa quantidade de postos informais que são gerados nesse ramo.

A economia goiana recebe grande impacto no que se refere ao crescimento do setor de confecção, que constitui grande fonte de emprego e renda tanto na capital quanto em algumas cidades do interior (notadamente a cidade de Jaraguá), compondo mais de 30 mil vínculos empregatícios formais em Goiás. Além da forte presença do setor de confecção na atualidade, o estado de Goiás está historicamente marcado pela presença de costureiras, alfaiates e todas as demais profissões e ocupações relacionadas a esse setor. Para fins de exemplo, podemos citar a constituição do sindicato dos alfaiates, um dos primeiros a se constituir na nova capital do estado, ainda na década de 1930 (BERNARDES, 1989).

Em Goiás, os tipos de estabelecimento predominantes, no que tange ao setor de confecções, são as chamadas micro e pequenas empresas (MPEs). Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, o número de empresas vinculadas ao setor de confecção em Goiás supera a casa dos 5 mil estabelecimentos, sendo a ampla maioria composta por micro e pequenas empresas. A característica básica do setor de confecções é a sua heterogeneidade em termos do tamanho das unidades produtivas;

entretanto em Goiás há uma predominância muito forte das MPEs - fator esse bastante comum em relação às demais regiões – sem haver uma presença marcante de médias e grandes empresas, o que diferencia de outros casos estudados (LEITE, 2004; LIMA, 2002; AMORIM e ARAÚJO, 2000)

Tabela 1 – ESTADO DE GOIÁS: NÚMERO E GÊNERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, CADASTRADOS NA SECRETARIA DA FAZENDA – POSIÇÃO: JUN/91, JUN/93 , MAI/96, MAI/99, JAN/01, JAN/02, JAN/03 – 2004.

Especificação	1991	1993	1996	1999	2001	2002	2003	2004
Total	9261	10711	11954	9420	10405	11845	11809	12668
Vestuário, Calçados e Artef. Tecidos	2619	2786	3358	2343	2828	3289	3304	3741
Prod. Alimentares	2484	3074	3470	2989	3116	3209	3968	3152
Prod. Minerais não metálicos	887	1007	1013	803	819	916	937	943

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE GOIÁS

TABELA 2: SETOR DE CONFECÇÕES EM JARAGUÁ, GOIÁS E BRASIL: PERCENTUAL DE EMPRESAS POR PORTE

Porte das empresas	Jaraguá	Goiás	Brasil
Grande	0	0	0,1
Média	0,5	0,7	1,2
Pequena	13,1	8,9	11,4
Micro	86,3	90,4	87,3

Fonte: RAIS, MTE, 2001, apud CASTRO, 2004.

Nos estudos sobre o segmento de confecção nota-se uma referência constante às grandes empresas e à sua importância na constituição de cadeias produtivas que se estruturam principalmente a partir da década de 1990 (LEITE, 2004; ARAÚJO e AMORIM, 2000; CASTRO, 2004). A estrutura básica de uma cadeia no setor de confecção parte de uma empresa formal e de pequeno ou médio porte, no elo superior, seguida por confecções, oficinas (chamadas de facções) e trabalhadores (geralmente mulheres) a domicílio. Grosso modo, no caso de Goiás essa estrutura também se aplica; todavia no “topo” da cadeia se verificam, na sua grande maioria, micro e pequenas empresas – muitas trabalhando também no mercado informal como em feiras. Aliás, a questão das feiras deve ser ressaltada, mesmo não sendo objeto de estudo por ora, pois a grande quantidade de feiras na região metropolitana de Goiânia - em 2005 existiam quase 150 feiras só na capital – movimentam grande volume de peças de confecções, além de gerar inúmeros postos de trabalho, notadamente de natureza informal. Goiânia se caracteriza por ser o grande entreposto comercial do chamado “Brasil central”, atraindo consumidores de diversos estados, principalmente, das regiões norte e centro-oeste, com especial destaque para o Pará, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Rondônia e Distrito Federal (SEBRAE, 2003). Outro fator que diferencia Goiás em relação a outras regiões já estudadas é a ausência de um instrumento fundamental no associativismo de maneira geral: as cooperativas de trabalho. Segundo dados da Organização das Cooperativas do Brasil - Regional Goiás, o estado não possui sequer uma cooperativa de trabalho registrada, vinculada ao segmento de confecções:

TABELA 3: NÚMERO DE COOPERATIVAS REGISTRADAS POR ESTADO, NÚMERO DE COOPERADOS E EMPREGADOS-2003

ESTADO	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
Roraima	28	964	11
Acre	36	5.422	126
Tocantins	31	2.928	627
Alagoas	72	20.205	1.768
Amapá	62	2.581	161
Sergipe	63	9.001	246
Mato Grosso do Sul	88	29.338	2.416
Amazonas	91	14.635	721
Piauí	92	15.775	521
Rondônia	102	11.037	412
Paraíba	138	29.164	957
Rio Grande do Norte	145	72.755	1.430
Espírito Santo	155	68.991	3.802
Maranhão	177	18.497	542
Goiás	193	75.832	5.478
Mato Grosso	196	116.595	3.993
Paraná	208	190.582	32.028
Distrito Federal	231	101.798	1.450
Pará	232	96.269	977
Pernambuco	249	105.190	2.323
Ceará	302	87.099	2.641
Santa Catarina	315	628.332	14.452
Bahia	396	113.031	2.764
Rio Grande do Sul	747	875.810	34.454
Minas Gerais	805	585.790	22.401
São Paulo	1.000	2.271.147	38.108
Rio de Janeiro	1.201	213.950	7.217
Total	7.355	5.762.718	182.026

FONTE: OCB-GO, 2003

Fato interessante a ser notado na tabela 1 é a relação entre o número de cooperativas e a quantidade de cooperados. Em alguns casos, como o do Maranhão e da Bahia, o número de cooperativas não reflete na quantidade de cooperados, ou seja, apesar de se verificar um número relativamente grande de cooperativas registradas, a quantidade de filiados às mesmas é bem menor que em outros estados com quantidades menores de cooperativas registradas. Outro ponto a ser observado é a quantidade predominante de cooperativas no ramo de trabalho (tabela 2), totalizando mais de duas mil cooperativas e mais de trezentos mil filiados – lembrando que a atividade de cada cooperativa, ligada ao ramo de atuação, reflete-se em vários aspectos, entre eles a quantidade “potencial” de filiados. Devido a esse fator, verifica-se um maior número de cooperados nos ramos de crédito, consumo e habitacional, em comparação com as cooperativas de trabalho, produção e agropecuária, cujas atividades exigem grande dispêndio de tempo e trabalho de seus filiados.

TABELA 4: NÚMERO DE COOPERATIVAS REGISTRADAS EM TODO O BRASIL RELATIVAS A CADA RAMO DE ATIVIDADE

RAMO	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
Especial	7	2.083	6
Turismo e Lazer	12	396	2
Mineral	34	48.830	35
Produção	113	9.559	315
Consumo	158	1.920.311	7.219
Infra-estrutura	172	575.256	5.500
Educacional	303	98.970	2.874
Habitacional	314	104.908	2.472
Transporte	706	48.552	2.099
Saúde	878	261.871	23.267
Crédito	1.115	1.439.644	23.291
Agropecuário	1.519	940.482	110.910
Trabalho	2.024	311.856	4.036
Total	7.355	5.762.718	182.026

FONTE: OCB-GO, 2003

TABELA 5 – COOPERATIVAS DO RAMO DE TRABALHO REGISTRADAS (FILIADAS E NÃO-FILIADAS) À OCB-GO-2005

MUNDCOOP	Coop.de Prest. de Serviços Multidisciplinares Est.Goiás
COPRESGO	Coop. de Trab.Prest de Serv Multidisciplinares do Est de Goiás
COOTRAUGO	Coop. dos Trab. Autônomos do Estado Goiás
COOPERSERVIÇOS	Coop.Trab.Prest.Gerais Trab.Urb.R.B.V Goiás
MULTCOOPER	Coop. de Serviços Especializados
COOPREC	Coop. de Reciclagem de Lixo
COOPERTRAN	Coop. dos Prof.Forma.Condutores Est.Goiás
COOPERSOL	Coop.Trab.Serv.Desenvol.Solidário Exon.Comunitária
COOPERE	Coop.Trab.na Área de Ensino Renascer Cachoeira Dourada
UNIVENDAS GO E TO	Coop. de vendedores - Univendas de Goiás e Tocantins Ltda.
CONECTAR	Cooperativa Nacional de Executivos em Assessoria
COOPERUNIÃO	Coop. de Trabalho De Vigilância e Segurança
PRO DESENVOLVIMENTO	Coop. Mista de Formação Profissional Pro Dex
COOSTEC	Coop. de Serv Tec p/ o Desenvolvimento Rural
FETRABALHO	Federação das Coop. de Trabalho do Est.de Goiás
COOPERATH	Coop. de Produção Artesanal de Hidrolândia
PONTOALL INFORMÁTICA	Coop. de Trabalho Ponto All Informática
COOPERMAN	Coop. Téc Mant Equip P/Postos Abast Combustíveis
COOPERFORM	Coop. Educacional de Trabalho e Formação
COOPERVENDAS SUL	Coop.de Vendedores das Regiões Sul-Sudoeste Goiano
COPERAUTO	Coop.de Prod dos Prof Mant Veículos Autom Anápolis
COOPINFO	Coop. de Profissionais Prestadores de Serviço em Informática
COTRACER	Coop dos Técnicos e Agrônomos do Cerrado
UNIMEV	Coop. dos Médicos Veterinários de Goiás
COOPERTRACCI	Cooperativa de Produção e Trabalho na Construção Civil
MASTERCOOP	Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar de Goiás

FONTE: OCB-GO, 2005

A não presença de cooperativas de trabalho e produção relativas ao setor de confecções em Goiás contrasta com situações relatadas em pesquisas desenvolvidas nos estados de São Paulo, Paraíba, Sergipe e Ceará. LIMA relata, em alguns artigos (1999; 2004) a constituição de cooperativas de trabalho e de produção que visavam basicamente reduzir os custos de produção das grandes empresas – estrangeiras, em alguns casos: é citado o caso da Coopervest de Aracaju em sua dependência inicial ao grupo Sellinvest, minimizada posteriormente com a abertura de marca e lojas próprias. Nesse sentido, são identificados vários exemplos do que o autor qualifica de cooperativas “defensivas”, formadas pelos trabalhadores com vistas a manter os empregos devido ao fechamento ou da falência de fábricas e empresas. O autor chama a atenção sobre um fator que muito nos interessa, afirmando que a própria percepção do cooperativismo é deturpada devido a fatores de ordem estrutural, nesse sentido.

Na verdade, a crise econômica vivida no início da década de 1990 tem relação direta com todos esses processos que estão sendo aqui trabalhados. A abertura comercial decorrente do Plano Collor fez com que grande parte das empresas passasse por profundas dificuldades. A Era Collor deu impulso a um novo padrão de acumulação. O ataque à inflação combinou a manutenção dos preços com um enxugamento dos ativos financeiros, a redução dos gastos do Estado e a desvinculação dos reajustes salariais automáticos a índices imediatos de inflação. Ficou clara a tentativa de redução dos gastos públicos, a necessidade de controlar a inflação – e de ir contra ao então praticado “populismo econômico” –, a liberalização das importações. Esses objetivos foram consolidados posteriormente pelo Plano Real, em 1994. A entrada em massa de produtos estrangeiros a um preço baixo provocou sérios impactos no âmbito da produção, promovendo redução e até mesmo falências em um número considerável de empresas. A busca da competitividade passou ser o mote encontrado por muitas empresas, no entanto esse processo se deu de forma heterogênea.

Com um aparato tecnológico um tanto defasado e sofrendo com as novas condições impostas pelo mercado – cada vez mais globalizado – a reestruturação do setor de confecção passou a ocorrer no sentido de uma descentralização da produção, promovendo um aumento da participação de micro e pequenas empresas no processo de produção, além da presença de trabalhadoras a domicílio que se configurariam como um exemplo clássico de mão-de-obra barata. A redução com os custos da mão-de-obra parece ser o recurso mais direto para o aumento da competitividade das confecções, pois a questão tecnológica não oferece muitas “saídas”, devido ao fato de a indústria da confecção empregar grande quantidade de trabalhadores. Nas palavras de LEITE,

a inovação tecnológica tem-se restringido, assim, às fases anteriores à costura: design, modelagem e encaixe, onde vêm sendo utilizados sistemas CAD, e corte, onde se adotando equipamentos de controle numérico. Na etapa principal do ciclo produtivo – a costura, que representa 80% do trabalho vivo –, a superação da defasagem tecnológica não tem sido observada (2004, 7).

Logo, a terceirização de grande parte da produção, o aumento do número de micro e pequenas empresas em detrimento da diminuição das médias e grandes, a utilização crescente do trabalho domiciliar, além da constituição de cooperativas que produzem exclusivamente para determinadas empresas é parte de um grande processo de reestruturação que se verifica no setor de confecção, centrado mais na redução dos custos da mão-de-obra do que com uma modernização no aparato tecnológico. Alguns números divulgados pela Abravest (Associação Brasileira da Indústria do Vestuário), demonstram como os processos de reestruturação no referido setor diminuíram a

quantidade de mão-de-obra empregada (formalmente) além de ter diminuído o custo da produção das mercadorias:

TABELA 6: QUANTIDADE DE PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO (INCLUINDO CALÇADOS, COURO E TECIDOS).

1997	1.318.140
1998	1.237.810
1999	1.204.148
2000	1.233.156
2001	1.191.837
2002	1.134.814
2003	998.800

FONTE: IEMI / IBGE, DISPONÍVEL EM [www.abrvest.org.br](http://www.abrvest.org.br)

TABELA 7: PREÇO MÉDIO DA PRODUÇÃO (EM US\$/PEÇA)

1997	4.36
1998	4.30
1999	2.75
2000	2.85
2001	2.24
2002	1.34
2003	1.65

FONTE: IEMI / IBGE, DISPONÍVEL EM [www.abrvest.org.br](http://www.abrvest.org.br)

LIMA, em recente artigo, deixa claro que a formação de cooperativas de trabalho e produção responde a um quadro de desemprego estrutural. Mais do que uma alternativa voluntária, chamando a atenção sobre um fator que muito nos interessa, ao afirmar que a própria percepção do cooperativismo é deturpada devido a fatores de ordem estrutural:

a participação nas cooperativas é vista negativamente pelos trabalhadores, para quem a afiliação à cooperativa deve-se à falta de opção de empregos em sua região. Afirmam que, sem dúvida, sua situação melhorou: antes trabalhavam no meio rural ou viviam de expedientes urbanos, raramente com experiência de trabalho assalariado. Mesmo assim, percebem a permanência na cooperativa como temporária, até "arrumarem alguma coisa melhor", de preferência numa empresa regular e com "direitos" (LIMA, 2004).

A forma como o associativismo é percebido e representado configura-se como primordial pois, como já salientamos, valoriza-se muito as práticas associativas no desenvolvimento de setores produtivos, principalmente em regiões ditas "atrasadas". Um dos fatores que mais caracterizam o setor de confecções – e o caso de Goiás confirma esta característica – é a marcante presença do trabalho domiciliar, fato já analisado em diversas pesquisas no âmbito da sociologia do trabalho. Uma interface importante pode ser feita entre o trabalho a domicílio e as práticas associativas. Trata-se do fato que, trabalhado isoladamente no ambiente doméstico, sem colegas de trabalho e com contatos esporádicos com o(s) patrão(ões), as trabalhadoras a domicílio ficam desamparadas pelos sindicatos e, por conseguinte, excluídas dos direitos trabalhistas. De maneira clara, Marx exemplifica esse processo afirmando que

essa exploração se reveste, no trabalho a domicílio, de maior cinismo ainda que na manufatura, pois a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui com sua disseminação; uma série de parasitas rapaces se insere entre o empregador propriamente dito e os trabalhadores; na própria

especialidade, o trabalho a domicílio luta por toda a parte contra a produção mecanizada ou pelo menos contra a manufatureira; nele, a pobreza despoja o trabalhador das condições mais indispensáveis ao trabalho, o espaço, a luz, a ventilação etc. (1987, p. 529).

ABREU e SORJ, que pesquisaram o trabalho a domicílio no Brasil, enfatizam que a bibliografia sobre o assunto preocupou-se, durante longo tempo, em “desvendar a lógica econômica do processo de descentralização da atividade produtiva, mediante a externalização de parte da produção industrial, as novas contribuições focalizam variáveis de ordem sociológica, enfatizando as características específicas da força de trabalho que se orienta para o trabalho a domicílio” (1993a, 15). Nesse mesmo trabalho, as autoras realizam uma revisão da literatura internacional acerca do trabalho a domicílio, chegando à conclusão de que “a compreensão do trabalho a domicílio enquanto forma de ocupação, só pode ser plenamente atingida quando se entende que envolve trabalhadores cujas identidades são construídas a partir da divisão sexual do trabalho nas sociedades contemporâneas” (1993a, 24).

A perspectiva de gênero, colocada explicitamente nos processos de produção, a partir da divisão sexual do trabalho, revela-se como categoria fundamental na análise do trabalho a domicílio. Em outro artigo de ABREU e SORJ (1993b), e também na obra de HIRATA (2000), apresenta-se um enfoque mais amplo do papel da mulher no “mundo do trabalho”. Em todos esses estudos, destaca-se o fato de que a maior parte do trabalho a domicílio é realizado por mulheres, sendo marcante o papel das construções de gênero na construção da atividade produtiva no âmbito da vida doméstica, ou seja, “deve-se fazer referência direta às identidades de gênero dessas mulheres, que vivenciam seu trabalho numa associação muito próxima ao mundo doméstico” (ABREU e SORJ, 1993b, 44).

O associativismo voltado ao trabalho a domicílio revela-se, pelo menos do ponto de vista da formalidade, muito prejudicado. Além disso, há o fato de que a identidade de mulher, mãe de família, é, em grande parte, mesclada com a de trabalhadora, conforme já foi relatado nos estudos de ABREU, SORJ e HIRATA. Identificam-se, também, alguns fatores que justificam a debilidade do associativismo entre trabalhadores a domicílio: o trabalho a domicílio é uma atividade precária; os trabalhadores na confecção exercem atividades que, em geral, não são regulamentadas e vivem na informalidade; o movimento sindical construiu sua ação privilegiando a indústria e os grandes centros urbanos, pela homogeneidade das situações de trabalho que nelas se desenvolve, o que facilita sua organização, em detrimento de setores produtivos ou de regiões tidas como mais atrasadas (ABREU e SORJ, 1993a).

No que se refere especificamente ao movimento sindical, há um consenso entre os estudiosos sobre a desestabilização do sindicalismo face aos novos modos de gestão da produção, em particular, a acumulação flexível. Há todo um debate em torno da questão se isso se trata de uma crise (RODRIGUES, 2002; BOITO Jr., 2003) ou de um declínio do sindicalismo. Autores como OFFE (1989) e HABERMAS (1975) defendem a perda do trabalho como categoria de entendimento da vida social, nesse sentido, o sindicalismo e as formas de ação coletiva da classe trabalhadora vivenciariam um período de perda de seu poder de barganha e influência na política. Para RODRIGUES, a queda da proporção de trabalhadores filiados e o declínio das taxas de greve, dois fenômenos indicativos do enfraquecimento do sindicalismo como instituição e do poder sindical como ator político, são os principais motivos de tal debate; no entanto a opção de que se trata de uma crise de caráter passageiro é mais aceita. Enumera-se uma série de fatores que explicam essa crise do sindicalismo, como:

1) a flexibilização das relações de trabalho e o crescimento do trabalho em tempo parcial, tempo determinado e por conta própria; 2) o uso intensificado da subcontratação, do trabalho a domicílio, além do crescimento do desemprego; 3) a redução do emprego industrial provocado pelo avanço tecnológico e pela automação; 4) a possibilidade atual das empresas de deslocamento e segmentação de suas atividades; e, finalmente, 5) o uso contínuo de novas formas de gestão que enfatizam a participação dos trabalhadores e desestimulam a sindicalização. (RAMALHO e SANTANA, 2004, 43)

A tentativa de institucionalização de práticas associativas por organismos estatais e paraestatais tem sido uma vertente utilizada nos dias atuais como ferramenta de desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, organismos como o Sebrae, prefeituras municipais, além de órgãos do governo estadual, têm estimulado o associativismo de micro e pequenos empresários a partir da realização de cursos, palestras e convênios com instituições de ensino, e associações de classe. A formação de arranjos produtivos locais (APLs), que podem ser entendidos como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos mesmo que incipientes, passa a ser uma política pública cada vez mais debatida, pois possibilita um desenvolvimento econômico significativo em regiões onde são consolidados. Para NORONHA e TURCHI (2005), “o essencial na definição (de APL) está na *i*) especialidade da produção e *ii*) na delimitação especial”. Em um estudo promovido pelo Sebrae, nota-se a importância dada a esse tipo de iniciativa: “No cumprimento de sua missão, o Sebrae em Goiás, por meio deste estudo, espera disponibilizar informações sobre as vantagens associadas a esses tipos de arranjos, possibilitando às empresas de micro, pequeno e médio porte a superação de suas dificuldades de competitividade nos mercados internos e externos (SEBRAE, 2003).”

A presença de órgãos estatais e paraestatais nos remete a um velho debate nas ciências sociais, que é a relação entre Estado e sociedade civil. No caso brasileiro, as obras de FAORO (2001), HOLANDA (1997), DA MATTA (2003) entre diversos outros autores, remetem a uma preponderância da instituição estatal e de seu caráter patrimonialista sobre a sociedade civil. Obviamente, há pontos de vista diferentes, embora os aspectos lançados pelos autores acima citados configurem, com as suas especificidades, uma temática invariavelmente considerada pelos estudiosos do assunto. No que se refere ao âmbito deste estudo, o que temos como objetivo é relacionar o baixo grau de associativismo entre os agentes envolvidos no setor de confecção, e, além disso, sua aversão às formas tradicionais de associativismo, tais como o sindicalismo e o cooperativismo, a uma certa “debilidade”, para usar um termo de Faoro, da sociedade civil brasileira. É nesse sentido que a promoção de uma maior interação entre o empresariado em arranjos produtivos locais (micro, pequenas e médias empresas, em especial) depende de uma intensa ação de órgãos estatais e paraestatais tais como o Sebrae. A maneira como as práticas associativas se estabelecem e o que as motivam dependem do que se concebeu chamar de ambiente sócio-institucional, ou seja, um pressuposto cultural, ligados ao “imaginário social compartilhado pelos indivíduos que compõem um dado espaço geográfico, condicionado, por sua vez, historicamente” (ALCÂNTARA, 2005)”.

No caso do estado de Goiás, são reconhecidos como arranjos produtivos locais no setor de confecções as cidades de Goiânia e Jaraguá. A interação entre Estado, empresários e instituições de ensino na capacitação profissional verifica-se de maneira clara e pode-se afirmar, mesmo que preliminarmente, a tentativa de constituição de um ambiente sócio-institucional que possibilite o crescimento do setor de confecções em

toda a região, mesmo com toda a problemática ligada aos processos de reestruturação produtiva e precarização das relações de trabalho.

### **O associativismo em questão**

O projeto que ora realizamos compreende uma etapa de pesquisa de campo que se baseia em entrevistas, pautadas numa abordagem qualitativa, além de aplicação de questionários entre os agentes envolvidos no setor de confecção na região metropolitana de Goiânia. Por se tratar de um setor da produção que envolve diversas formas de produção e que relaciona diversas categorias – tais como gênero, associativismo, precarização – além da percepção e das formas de sociabilidade, lidamos com uma metodologia que mescla perspectivas de análise quantitativa e qualitativa. O referencial abarca temas que vão da reestruturação produtiva, das relações entre trabalho e sociabilidades até temas de caráter mais “microsociológico”: percepções, subjetividades e formas de sociabilidades e interação entre os atores sociais.

Privilegiamos, na constituição de um referencial teórico que orientará a pesquisa e na análise de tentativas empíricas de investigar problemáticas similares, os trabalhos de LIMA (1996; 1999; 2004), ABREU (1986), RAMALHO e SANTANA (2004) e NORONHA e TURCHI (2004), com ênfase em assuntos como subcontratação, arranjos produtivos locais, práticas associativas e políticas da classe trabalhadora relacionadas ao setor de confecção, muito influenciado pela reestruturação nos processos de produção. Para verificar os impactos sociais referentes a tais processos recorreremos a bases de dados (Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Cidadania e Trabalho e Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, além de arquivos históricos, Censos Econômicos, dados de Sindicatos e Associações. Foram também realizadas entrevistas, visando identificar a visão dos (as) trabalhadores (as) e dos proprietários de confecção com relação às práticas associativas e relacioná-las às mudanças nos processos produtivos e ao regime precário de contratação. A análise das entrevistas abertas será intermediada por um aplicativo de análise de dados qualitativos, o AQUAD. Até o momento foram realizadas 10 entrevistas tanto com costureiras (os), alfaiates e proprietários (as) de confecções, além de aplicados 90 questionários com proprietários (as) de confecções. Nas entrevistas realizadas percebe-se claramente certa aversão ao associativismo e uma descrença no poder de mobilização dos sindicatos e associações de modo geral. Na aplicação dos questionários com os proprietários avaliamos o grau de concordância ou de discordância com determinadas atividades relacionadas a sindicatos, cooperativas e associações de modo geral. Nesse sentido a maioria dos entrevistados, 85%, acredita que a principal função de uma associação seja a de apresentar reivindicações comuns:

Tabela 8: COMO A EMPRESA AVALIA O PAPEL DE SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS (%):

	Concorda	Concorda na maioria dos casos	Concorda em cerca da metade dos casos	Concorda na minoria dos casos	Não concorda
Organização de eventos técnicos e comerciais	55	15	0	0	30
Estímulo ao desenvolvimento local	3		2	5	90
Promoção de ações dirigidas à capacitação tecnológica de empresas	0	0	0	3	97
Apresentação de reivindicações comuns	85	3	0	7	5
Identificação de fontes e formas de financiamento	15	5	5	0	75
Disponibilização de informações sobre matérias-primas, assistência técnica, cursos etc.	53	24	5	0	8

FONTE: PESQUISA DE CAMPO/2006

Apesar da presença do sindicato da categoria ser, até certo ponto, forte, muitas costureiras nunca se filiaram e nem pensam em se filiar a nenhum tipo de associação. Do outro lado, os proprietários de confecção, que também têm suas associações, são mais presentes nos processos de mobilização e de atividade política por elas promovido; entretanto, o grau de filiação e participação é muito baixo. Quando questionados sobre o envolvimento em atividades cooperativas, fossem elas formais ou informais, 90% dos (as) entrevistados (as) responderam que jamais se envolveram em tais atividades desde que fundaram suas empresas.

Uma característica constatada através do levantamento do grau de escolaridade dos (as) entrevistados (as) é a de que a maioria não chegou a terminar o ensino médio, e, além disso, verifica-se que a maioria das costureiras e donas de confecção não fez nenhum curso de qualificação, profissionalização ou técnico em vestuário. Pelo que foi relatado nas entrevistas, a realização de cursos na área é mais freqüente para as mais jovens – fator esse que pode ser associado a mudanças no mercado de trabalho tais como o aumento da competitividade pelos postos de trabalho além de uma maior racionalização dos processos de aprendizagem – antes vivenciados única e exclusivamente no ambiente doméstico. A questão da escolarização pode também ser um possível ingrediente para a se interpretar as percepções e práticas relacionadas ao associativismo.

TABELA 9 : GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PROPRIETÁRIOS DE CONFECÇÕES (%):

Não alfabetizado	0
Alfabetizado	3
Ensino fundamental incompleto	9
Ensino fundamental completo	26
Ensino médio incompleto	35
Ensino médio completo	19
Ensino superior incompleto	5
Ensino superior completo	3

FONTE: PESQUISA DE CAMPO/2006

TABELA 10: IDADE EM QUE APRENDEU A ATIVIDADE (%):

Até 12 anos	15
Dos 12 aos 18 anos	35
Dos 18 aos 24 anos	33
Dos 24 aos 35 anos	13
Acima de 35 anos	4

FONTE: PESQUISA DE CAMPO/2006

No caso de empresas de base familiar, o processo de aprendizagem, que se dá em sua maior parte na juventude, está ligado ao fato de que os pais e/ou demais familiares já possuem experiência na atividade de costura (54%); todavia um percentual significativo de pesquisados, 46%, afirmaram que os pais não tinham experiência no ramo.

No que tange à atividade anterior à de empresário no setor de confecções, grande parte dos entrevistados afirmaram ter sido funcionários no setor de confecções. Um percentual relativamente grande afirmou ter tido experiência como empresário(a) mas em outro ramo de atividade:

TABELA 11: QUAL FOI A PRINCIPAL ATIVIDADE ANTES DE CRIAR A EMPRESA? (%)

Estudante	13
Funcionário no ramo	53
Funcionário fora do ramo	2
Empresário em outro ramo, outra atividade	32

FONTE: PESQUISA DE CAMPO/2006

Com os resultados preliminares da pesquisa fica evidenciado o que já muito se fala da heterogeneidade do setor de confecções. O caso de Goiás confirma muito do que já se pesquisou em outras regiões no país, entretanto um fator que nos chama a atenção é o que se relaciona ao associativismo. A aversão que se verifica – refletida na inexistência de cooperativas de trabalho e produção tão comuns em outros estados – liga-se ao que podemos chamar de um ambiente sócio-institucional avesso a tais práticas. A presença do Estado e de organismos paraestatais, o chamado sistema “S”, no processo de institucionalização e consolidação de arranjos produtivos é uma tendência que se verifica no sentido de inculcar nos indivíduos a importância de certo associativismo e da especialização da produção, remontando ao princípio ricardiano das vantagens comparativas, tão difundido na economia política. Quando falamos em ambiente sócio-institucional, estamos nos referindo a um conjunto de práticas inculcadas nos indivíduos, que são realizadas de maneira rotinizada ou seja, reiterada, ligada, pois, à cultura e ao imaginário social. Dessa maneira, não só a ação do Estado nos processos de desenvolvimento econômico, de industrialização e geração de emprego e renda, mas a educação – que é o processo de socialização mais conhecido – pode fazer com o associativismo seja percebido e praticado de outra maneira. Tal como ALCÂNTARA afirmou, em seu estudo sobre a tentativa de institucionalização de práticas cooperativas através dos pressupostos da economia solidária, para que uma política pública de tal envergadura obtenha sucesso, “torna-se imprescindível que este projeto faça sentido para esses indivíduos e acesse neles princípios e hábitos já

consolidados ou que se torne algo compreensível até mesmo por causa da ausência desses hábitos. Essa concepção não é novidade no campo das ciências sociais” (ALCÂNTARA, 2005).

Logo, os processos de socialização e de socialização profissional, enquanto processos de internalização de hábitos e comportamentos, podem ser apontados como as chaves para entender as percepções e opiniões que se tem sobre as práticas associativas. Obviamente, como já expomos, os processos de reestruturação produtiva causam impactos nas organizações coletivas, inclusive na redefinição de suas práticas. Entretanto, no universo pesquisado, pode-se afirmar que, além da nova dinâmica do trabalho – precarização, externalização da produção, trabalho a domicílio, trabalho em tempo parcial – verifica-se um comportamento baseado num conservadorismo muito forte no que tange às práticas associativas – é sobre esse comportamento que a ação estatal e os processos de educação/socialização têm importância fundamental enquanto práticas de intervenção.

## Referências Bibliográficas

ABRAVEST. Associação Brasileira da Indústria do Vestuário, Disponível on-line em <[www.abravest.org.br](http://www.abravest.org.br)>, Acesso em 20/07/2005.

ABREU, Alice Rangel de Paiva. *O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria da confecção*. São Paulo: Hucitec, 1986.

ABREU, Alice Rangel de Paiva e SORJ, Bila. Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas – uma revisão da literatura recente. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva e SORJ, Bila (orgs). *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993a.

ABREU, Alice Rangel de Paiva e SORJ, Bila. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva e SORJ, Bila (orgs). *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993b.

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. *A Tentativa de Institucionalização das Práticas Cooperativas*. Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 2005.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro e AMORIM, Elaine Regina Aguiar. *Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas*. Trabalho apresentado no XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2000.

BERNARDES, Genida D’arc. *Construtores de Goiânia: o cotidiano no mundo do trabalho*. São Paulo, 1989. Mimeografado. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BOITO Jr., Armando. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicato e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CASTRO, Sérgio Duarte de. *O arranjo produtivo de confecções da região de Jaraguá – GO*. Rio de Janeiro: Redesist, 2004. Disponível on-line em <[www.redesist.ie.ufrj.br](http://www.redesist.ie.ufrj.br)>. Acesso em 15/11/2005.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2001.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

LEITE, Márcia de Paula. *Tecendo a precarização: gênero, trabalho e emprego na indústria de confecções em São Paulo*. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2004.

LIMA, Jacob Carlos. Qualidade e precarização: organização da produção e gestão dos trabalhadores no setor do vestuário. *Política e trabalho*, João Pessoa, n. 12, p. 61-103, setembro, 1996.

LIMA, Jacob Carlos. Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário. *Política e trabalho*, João Pessoa, n. 15, p. 121-140, setembro, 1999.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.19, n. 56, Out., 2004.

MACIEL, Maria Lúcia. *O milagre italiano: caos, crise e criatividade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Brasília: Paralelo 15, 1996.

NORONHA, Eduardo Garuti e TURCHI, Lenita Maria. *Promovendo a cooperação em mercados precários*. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2004.

NORONHA, Eduardo Garuti e TURCHI, Lenita Maria. *Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais* Texto para discussão, nº1076. IPEA: Brasília, 2005

RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. *Sociologia do Trabalho no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002

SEBRAE. *Estudo sobre arranjos produtivos locais – segmento de confecções – Goiânia* (Av. 85 e Av. Bernardo Sayão) e Jaraguá. Goiânia: Sebrae em Goiás, 2003.